

CAMPANHA SALARIAL

0,1% de reajuste + 99,9% de reação = 100% de conquistas

Fotos: Jacqueline Albuquerque



BOA ADESÃO Servidores protestam usando roupas pretas e adesivo

Os servidores públicos federais aprovaram a construção da greve unificada desde 2 de junho, definido como novo Dia Nacional de Lutas na Plenária da Cnesf, no último dia 22. Também foi reafirmado o reajuste emergencial de 18% como antecipação das perdas salariais acumuladas desde o governo de FHC. O encontro, que teve como pauta o debate da campanha salarial e a definição de um novo calendário de mobilização, contou com a presença de 273 delegados e 56 observadores na capital federal.

Apesar das dificuldades de mobilização dos servidores, os delegados consideram a greve a única maneira de forçar o governo a

apresentar uma proposta de política salarial para recompor as perdas acumuladas nos últimos dez anos e impedir perdas futuras. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) e a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) aprovaram o início da greve para 2 de junho, com apoio das outras categorias.

Em reunião com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, no dia 17, o governo avisou à bancada sindical que o governo segue na mesma posição: 0,1% de reajuste linear (apenas para

cumprimento da exigência formal e legal) mais reajuste diferenciado por categoria. Mendonça disse que o reajuste não deve ser baseado na reposição da inflação porque não há disponibilidade orçamentária para isso. Segundo ele, o gasto com pessoal pode ser expandido este ano em 8,6 bilhões e esse valor inclui os acordos realizados em 2004, que até agora não foram cumpridos.

Participação – O último Dia Nacional de Lutas dos servidores públicos federais, 2 de junho, foi de mobilização em Pernambuco. Em todos os tribunais, conforme deliberado em assembléia geral realizada no dia 31 de maio, os servidores do Judiciário Federal vestiram preto e usaram o adesivo da

campanha para exigir do governo o que foi prometido: segundo Lula, não haveria perdas salariais durante seu mandato. No entanto, a proposta de reajuste foi de apenas 0,1%.

No mesmo dia, servidores da saúde, do INSS e de outros órgãos do Poder Executivo entraram em greve por tempo indeterminado, com apoio de outras categorias do serviço público federal, para demonstrar a sua insatisfação com essa proposta vergonhosa. A pauta de reivindicações unificada inclui incorporação das gratificações como processo de valorização do salário base e construção de carreira, superação das distorções no serviço público e manutenção do poder aquisitivo dos salários.



DIA NACIONAL DE LUTAS Protesto em frente ao Tribunal do Trabalho

 **sindicalismo**

Reunião Ampliada debate reivindicações específicas

Na véspera da plenária dos servidores públicos, a Fenajufe realizou reunião ampliada, na qual 2 de junho ficou definido como Dia Nacional de Lutas do Judiciário e Ministério Público da União. O Sintrajuf foi representado no encontro por George Paixão (TRE), Kátia Saraiva e Jacqueline Albuquerque (TRT). A diretoria da Fenajufe informou sobre as principais atividades: audiência com o vice-presidente do TST, ministro Ronaldo Leal, no dia 18, e reunião na OAB, no dia 19.

Na reunião com o ministro Ronaldo Leal, representantes da Fenajufe pediram que o TST revisse a resolução, publicada em abril, que especifica a ocupação da atividade jurídica. No entendimento da federação, a resolução pode limitar o ingresso de funcionários em cargos de juiz do trabalho, ao estipular que a atividade jurídica para fins de concurso para a magistratura passe a ser reconhecida somente para servidores graduados em Direito que exerçam funções privativas de bacharel durante três anos. O ministro prometeu levar o pedido ao ministro João Oreste Dalazen.

No encontro com o Secretário Geral do Conselho

Federal da OAB, César Britto, em Brasília, a Fenajufe solicitou apoio jurídico e político da entidade contra a resolução 419, de 8 de março de 2005, do Conselho de Justiça Federal (CJF), que disciplina o exercício do direito de greve dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus. Para a federação, tal resolução é inconstitucional porque regulamenta o direito de greve sem legislação aprovada pelo Congresso Nacional e porque inviabiliza o exercício do direito de greve dos servidores por deixar nas mãos da administração o abono das faltas.

PCS – O coordenador-geral da Fenajufe, Roberto Policarpo, informou que se encontrou com o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Miguel Fonseca, para saber sobre o andamento da revisão do Plano de Cargos e Salários entregue pelos servidores. O diretor-geral disse que o STF ainda está analisando a proposta de alteração e afirmou que a minuta do anteprojeto será entregue à Fenajufe assim que for fechada. Policarpo disse que a federação vai pressionar o STF para que isso aconteça em breve e o anteprojeto possa ser discutido na XII Plenária Nacional da Fenajufe.

Eleitos delegados para XII Plenária

Em assembléia geral extraordinária no dia 31, na sede do Sintrajuf, houve debate do temário da XII Plenária Nacional da Fenajufe e eleição dos delegados para o evento que acontece em Vitória (ES), de 17 a 19 de junho. Duas chapas se inscreveram: a chapa 1 obteve 36,7% dos votos e a chapa 2, 63,3%.

Com base nos critérios de proporcionalidade, foram eleitos os delegados Kátia Saraiva (TRT), José Andrade Lima Júnior (TRE), Lúcio

Vanderlei (TRT), Isaac Oliveira (JF), Elvson Cardoso (TRT) e Ana Lúcia Leal (TRT) e os observadores George Paixão (TRE), Alexandre Pereira (TRT) e Ananias Montalvão (TRT).

Antes da votação, Kátia Saraiva e Jacqueline Albuquerque defenderam a tese “Em defesa das organizações dos trabalhadores, para garantir e ampliar direitos”, que será apresentada no evento e está disponível na íntegra no site da Fenajufe (www.fenajufe.org.br).

Sindicato leva questões à administração do TRT

Os diretores do Sintrajuf Kátia Saraiva e Ricardo Almeida e a diretora da Fenajufe Jacqueline Albuquerque se reuniram em 11 de maio com a presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Maria Lourdes Cabral de Melo, e com o diretor-geral Marcelino Arruda, para tratar de assuntos do interesse dos servidores.

Sobre o pagamento dos 11,98%, a diretoria questionou o fato de os aposentados terem recebido aumento inferior ao pessoal da ativa e a demora no pagamento do passivo. A administração alegou não ter recursos, dizendo que a verba suplementar é suficiente apenas para complementar o orçamento deficitário. Informou ainda que 13 regionais já quitaram todo o débito e os 11 que ainda têm passivo a pagar vão se reunir para solicitar o pagamento junto ao TST.

Em seguida, a

diretoria do sindicato apresentou uma relação com os valores pagos a título de auxílio-alimentação em diversos regionais do Brasil, no qual o TRT6 figura como um dos valores mais baixos desse benefício, e reclamou da falta de reajuste, solicitando uma revisão urgente. A administração concordou que há defasagem e afirmou que vai estudar a possibilidade de aumentar a quantia do auxílio.

O Sintrajuf também levou à administração do TRT sua preocupação com as precárias condições de trabalho dos setores de depósito, gráfica, material e transporte. A administração disse que o setor de engenharia está verificando os problemas. Por fim, a presidente do sindicato informou à administração sobre a campanha salarial dos servidores públicos federais, sem reajuste há uma década, e a possibilidade de deflagração da greve.

 **expediente**

Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br | E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 2500 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos Fernandes (diretor jurídico), Elvson Cardoso (diretor de formação sindical), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)

 **sindicalismo**

Reforma sindical gera polêmica

Realizada em São Paulo, de 10 a 13 de maio, a Plenária Nacional da CUT contou com a presença de 558 delegados. O centro da discussão foi a reforma sindical aprovada pelo Fórum Nacional de Trabalho, em tramitação no Congresso Nacional.

Diante da resistência da base dos sindicatos da CUT, contrários a essa reforma, três propostas de resolução surgiram no plenário. A primeira proposta, defendida pela direção majoritária (Articulação Sindical), Corrente Sindical Classista (ligada ao PCdoB) e Corrente Socialista e Democrática (ligada à tendência Democracia Socialista do PT), defendeu uma plataforma para tentar salvar a reforma, apresentando emendas ao texto enviado ao Congresso pelo governo, acordado no FNT. As outras duas propostas, defendidas pelas correntes O Trabalho (ligada ao PT), Articulação de Esquerda (ligada ao PT) e Frente de Esquerda Social (ligada ao PT e ao PSOL), se

posicionaram pela retirada do projeto de lei da reforma.

A proposta aprovada, fruto de um verdadeiro acordo entre as forças políticas que a defenderam, propõe uma plataforma a ser trabalhada no Congresso Nacional, por meio de emendas e da pressão junto aos partidos políticos progressistas que têm representação parlamentar para que assumam esta plataforma. Caso seja identificado que pontos da plataforma foram prejudicados, a votação deve ser obstruída.

A plataforma aprovada inviabiliza a defesa da proposta de reforma sindical saída do Fórum Nacional do Trabalho, o que significa a derrota da posição inicial da direção da CUT de apoio intransigente a ela. A resolução aprovada na plenária da CUT foi resultado do combate efetivo feito por alguns sindicatos filiados à central contrários à reforma sindical. Mesmo assim, é um equívoco, pois, apesar de diversos avanços, com destaque para a não intervenção do Estado e a ratificação da

convenção 158 da OIT (contra demissão imotivada), não propõe a retirada da PEC 369, mas sua modificação, e troca a posição histórica defendida pela CUT de liberdade sindical (convenção 87 da OIT) pela unicidade sindical.

Diante da modificação do cenário, deve-se reiniciar o processo de discussão da reforma sindical, já que virou uma verdadeira colcha de retalhos. Para que isso ocorra, devemos continuar insistindo na retirada da reforma sindical do Congresso Nacional, a fim de elaborar a reforma pela qual sempre lutamos.

Plano de lutas – Ainda na plenária, foi aprovado plano de lutas que inclui pontos como campanhas salariais unificadas no setor privado e no setor público, organização de uma marcha a Brasília em dezembro pelo aumento do salário mínimo e o reajuste da tabela do imposto de renda, luta contra a privatização dos bancos estaduais federalizados, campanha pela democratização dos meios de comunicação e avanço da reforma agrária,

entre outras reivindicações.

Especificamente em relação às questões do funcionalismo, a plenária se posicionou contrariamente à política econômica do governo e ao reajuste de 0,1% proposto pelo governo aos servidores públicos federais. Foi definida a realização de um seminário para organizar a campanha salarial do setor, que aconteceu em 23 e 24 de maio, em Brasília. O objetivo do encontro foi traçar a política unificada dos servidores públicos da base da CUT.

Seminário Nacional dos Servidores Públicos Federais – A política salarial do funcionalismo foi o principal tema de debate na capital federal, que contou com cerca de 60 participantes. Foram expostos os tópicos de reivindicação das categorias: perdas e recomposições nos governos FHC e Lula, acordo fechado em 2004, proposta de política salarial para 2005 (reajuste, benefícios, planos de cargos e carreiras) e espaços possíveis para negociação com o governo.

Plataforma democrática básica

Eixos que devem ser observados para a reforma sindical aprovada na Plenária da CUT

- » Reconhecimento das Centrais Sindicais com liberdade na estrutura vertical
- » Manutenção da estrutura atual nos sindicatos de base, condicionado a critérios de representatividade e democratização dos estatutos
- » Organização sindical por setores e ramos de atividade
- » Fim do imposto sindical (contribuição compulsória) e das taxas confederativa e assistencial e instituição da contribuição negocial
- » Direito de organização por local de trabalho (OLT)
- » Contrato coletivo nacional por ramo
- » Direito de negociação e greve no setor público nas três esferas
- » Ultratividade dos contratos
- » Substituição processual
- » Ratificação da convenção 158 da OIT (contra demissão imotivada)
- » Não intervenção do Estado


balancete janeiro

Receita	RS	%
Contribuições associados	69.480,50	100,0000
Total	69.480,50	100,0000
Despesas		
Ordenados	10.383,59	14,9446
Encargos de trabalho	3.478,12	5,0059
Contribuição INSS	4.815,57	6,9308
Contribuição FGTS	1.178,24	1,6958
Serviços prestados (PF)	2.804,17	4,0359
Serviços prestados (PJ)	2.912,00	4,1911
Água, luz e telefone	2.252,91	3,2425
Conservação de bens imóveis	249,83	0,3596
Custas processuais	238,93	0,3439
Materiais de expediente e consumo	477,20	0,6868
Despesas postais	1.012,80	1,4577
Jornais, revistas e livros	37,00	0,0533
Condução	130,80	0,1883
Contribuição estatutária (CUT)	6.666,84	9,5953
Contribuição estatutária (Fenajufe)	7.653,60	11,0155
Contribuição estatutária (Diap)	112,80	0,1623
Material de limpeza	181,60	0,2614
Refeições	106,33	0,1530
Assessoria jurídica	4.680,00	6,7357
Fotocópias	247,70	0,3565
Encontros	4.648,45	6,6903
Eventos	80,00	0,1151
Doações	100,00	0,1439
Manutenção veículo	128,50	0,1849
Combustível	226,16	0,3255
Seguro	221,51	0,3188
Contribuições a outras entidades	900,00	1,2953
Indenização mandato classista	5.872,89	8,4526
Despesas tributárias	298,76	0,4300
Despesas financeiras	37,05	0,0533
Vale transporte	691,80	0,9957
Plano de saúde empregados	1.482,42	2,1336
Vale alimentação empregados	2.841,74	4,0900
Total das despesas	67.149,31	96,6448
Resultado operacional	2.331,19	3,3552
Total	69.480,50	100,0000
Resumo		
Despesas c/ pessoal	18.877,67	27,1699
Despesas c/ encargos	6.292,57	9,0567
Despesas c/ administração	9.136,27	13,1495
Despesas c/ movimento	32.842,40	47,2689
Saldo credor	2.331,59	3,3558
Total de receita	69.480,00	100,000


balancete fevereiro

Receita	RS	%
Contribuições associados	73.541,82	100,0000
Total	73.541,82	100,0000
Despesas		
Ordenados	13.607,57	18,5032
Encargos de trabalho	1.390,61	1,8909
Contribuição INSS	4.545,91	6,1814
Contribuição FGTS	1.208,04	1,6427
Serviços prestados (PF)	2.397,02	3,2594
Serviços prestados (PJ)	3.229,00	4,3907
Água, luz e telefone	1.951,11	2,6531
Conservação de bens imóveis	50,00	0,0680
Custas processuais	238,93	0,3249
Materiais de expediente e consumo	232,16	0,3157
Despesas postais	765,30	1,0406
Jornais, revistas e livros	10,00	0,0136
Condução	53,40	0,0726
Contribuição estatutária (CUT)	6.845,69	9,3086
Contribuição estatutária (Fenajufe)	4.244,33	5,7713
Contribuição estatutária (Diap)	112,80	0,1534
Material de limpeza	48,37	0,0658
Refeições	201,96	0,2746
Assessoria jurídica	3.120,00	4,2425
Fotocópias	128,05	0,1741
Encontros	1.343,21	1,8265
Doações	100,00	0,1360
Combustível	30,00	0,0408
Despesas com frete	13,00	0,0177
Indenização mandato classista	5.382,84	7,3194
Despesas tributárias	389,33	0,5294
Despesas financeiras	36,15	0,0492
Vale transporte	757,30	1,0298
Plano de saúde empregados	1.482,42	2,0158
Vale alimentação empregados	3.177,58	4,3208
Total das despesas	57.092,08	77,6321
Resultado operacional	16.449,74	22,3679
Total	73.541,82	100,0000
Resumo		
Despesas c/ pessoal	20.415,48	27,7604
Despesas c/ encargos	6.143,28	8,3535
Despesas c/ administração	7.956,81	10,8194
Despesas c/ movimento	22.576,51	30,6989
Saldo credor	16.449,74	22,3679
Total de receita	73.541,82	100,000


na internet

Você encontra toda a prestação de contas do Sintrajuf desde 2002 no site do sindicato, na seção Balancetes (www.sintrajufpe.org.br)



Quem são os reais culpados?

“A Justiça em números: indicadores estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro” foi o tema do seminário apresentado nos dias 12 e 13 de maio no Supremo Tribunal Federal. O estudo, que se propunha a apresentar um diagnóstico detalhado desse poder, acabou acarretando interpretações tendenciosas após divulgação em veículos de comunicação de massa como a revista Veja.

A pesquisa durou um ano e incluiu as Justiças Estadual, Trabalhista e Federal. Foi constatado que o Brasil tem 13.763 juízes federais, estaduais e trabalhistas, numa média de 7,7 magistrados para cada 100 mil habitantes. Trata-se de um bom número, uma vez que a média sugerida pela Organização das Nações Unidas é de 7,3 juízes para cada 100 mil pessoas.

Segundo a revista, há 112 funcionários para cada 100 mil habitantes, número superior à média internacional de 50 servidores. A publicação questiona porque a Justiça é tão lenta se há “excesso de

trabalhadores”. Outro fator considerado “culpado” pela revista para a falta de celeridade no andamento processual é o grande número de recursos. Para solucionar o problema, há 23 sugestões enviadas ao Congresso Nacional pelo Ministério da Justiça para limitar a quantidade permitida de recursos protelatórios.

Logo, percebe-se que o problema não está na quantidade de funcionários, mas nos procedimentos processuais extremamente burocratizados e sem uniformização e nas grandes empresas e no próprio governo, que abarrotam o Judiciário a fim de postergar o pagamento de suas obrigações. “Só aqui temos recurso do recurso do recurso, o que transforma os processos em verdadeiras bibliotecas”, afirmou o jurista Dalmo Dallari à revista. “É até natural que a gente precise de mais funcionários que os outros países”.

Outra pesquisa cujos resultados foram divulgados em maio, o Mapa da



NÚMEROS Seminário no STF apresentou dados sobre o Judiciário

Informatização do Judiciário, realizada pelo Instituto Nacional da Qualidade Judiciária em 187 órgãos da Justiça, indica que a falta de atualização no setor de tecnologia é grande. O estudo revela que 40% dos sistemas utilizados têm mais de 10 anos de uso, 55% têm entre 5 e 10 anos e somente 5% têm de 2 a 5 anos de uso. Ou seja: a informatização precária em alguns tribunais deixa a desejar e, inclusive, ser um fator de redução da produtividade.

Em seminário realizado em abril, o relator

especial da ONU para a independência do Poder Judiciário, Leandro Despouy, apresentou relatório sobre a Justiça brasileira à Comissão de Direitos Humanos. Dentre as recomendações estão ampliar o acesso ao Poder Judiciário, assegurar o direito à prestação jurisdicional efetiva, democratizar os órgãos do Poder Judiciário e proteger os direitos humanos. Como se vê, há muito a ser feito para melhorar a Justiça no Brasil e torná-la efetivamente um instrumento de proteção dos direitos dos cidadãos.

Ampliação da competência da JT pode gerar sobrecarga

Com a promulgação da reforma do Judiciário, uma dúvida paira sobre a cabeça dos servidores da Justiça do Trabalho: quais serão as conseqüências práticas da ampliação da competência na JT? A simples troca do termo “relação de emprego” por “relação de trabalho” no artigo 114 da Constituição Federal pode fazer com que a JT passe a abrigar um número muito maior de causas e fique sobrecarregada.

“Com a ampliação, [a

JT] recebe um pacote que inclui quaisquer demandas decorrentes de relação de trabalho, inexistindo qualquer delimitação dos respectivos atores desse processo. Na ausência de separações estritas, a prestação de serviços em geral, como autônomo ou celetista passa para a órbita daquela justiça especializada”, esclarece o advogado e professor de direito de São Paulo João José Sady.

A Emenda Constitucional 45, que

concretizou a reforma do Judiciário, pode ocasionar perda da celeridade da JT por causa da enxurrada de novos tipos de processos a ser analisados.

Relações trabalhistas relativas a autônomos e funcionários públicos podem passar a ser de competência da JT, considerada o ramo da Justiça brasileira que apresenta a menor taxa de congestionamento de processos, segundo a pesquisa do STF.

A proteção do trabalho autônomo, num país que conta com metade da sua mão-de-obra – o equivalente a 40 milhões de pessoas –, segundo dados do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, formada por trabalhadores sem vínculo formal de emprego, pode ser apenas mais uma maneira de precarização do trabalho e retirada de direitos. Em vez disso, por que não oferecer a todos condições dignas e garantias previstas em lei?

 mundo

Bolivianos lutam pela nacionalização

Foto: David Mercado (Reuters)



CAPITAL Manifestantes tentam entrar na sede do Congresso em La Paz e são violentamente reprimidos

A situação política da Bolívia continua tensa devido à questão da exploração de petróleo e do gás natural do país. Na capital La Paz, os protestos contra o governo pela nacionalização da exploração dos recursos seguiram fortes em maio. As vias de acesso ao aeroporto da capital foram bloqueadas e vôos foram cancelados. Os manifestantes também pedem a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Tais fatos ocasionaram recentemente o pedido de renúncia do presidente Carlos Mesa, negado pelo Congresso. A grande rejeição da população ao governo boliviano se deve principalmente à promulgação da Lei de Hidrocarbonetos, que estabelece um imposto de 32% para as companhias de petróleo, além dos 18% já cobrados em forma de royalties, isto é, de compensação paga ao detentor

do direito.

O aumento da tributação às multinacionais que exploram as riquezas minerais bolivianas, no entanto, não é suficiente: o povo exige a nacionalização efetiva dos recursos naturais. A Petrobrás é uma das empresas que vêm explorando o petróleo naquele país. Enquanto isso, segundo dados da CIA World Factbook, a população abaixo da linha da pobreza na Bolívia chega à impressionante marca de 64%.

A força popular boliviana e a exigência de reestatização dos recursos naturais pode servir de exemplo para o povo brasileiro, que vem sofrendo com as privatizações e com o desmonte do serviço público desde o início da década de 1990. Tal política ocasionou aumentos abusivos dos preços públicos e dificultou o acesso de significativa parcela da

população a serviços básicos, como energia elétrica e telefonia.

Incidentes fatais, inclusive, foram verificados em empresas que sofreram processos de terceirização parcial e de desvalorização de seu quadro de pessoal, como a própria Petrobrás. Novo caso aconteceu no Rio de Janeiro, no dia 17: a manutenção precária de um porta-aviões terceirizado pode ter sido a causa da explosão que matou o terceiro-sargento Anderson Fernandes do Nascimento, de 29 anos, e feriu dez pessoas. Segundo servidores civis da Marinha, o sucateamento das peças é uma constante nesses casos e os funcionários contratados de empresas privadas não possuem cursos de especialização. Por tudo isso, devemos exigir a reestatização das empresas privatizadas.

 troca-troca

De: RS (TRT)
Para: PE
Nome: Marcio Meirelles Martins
Cargo: técnico judiciário
Telefone: (81) 9976-0239
E-mail: meirelles@fadepe.com.br

De: PE (TRF)
Para: PR (JF)
Nome: Fernanda Oliveira de Queiroz Pereira
Cargo: técnica judiciária
Telefone: 34259194, 34259183 ou 34259185
E-mail: fernandaq@trf5.gov.br

De: ES (TRT)
Para: CE, RN e PB (TRT)
Nome: Ataliba Fontenele Carneiro
Cargo: analista judiciário
Telefone: (27) 32625647, 32627491, 33224946 e 33224951
E-mail: ataliba@trt17.gov.br

De: AM (TRT)
Para: PE ou RJ (TRT)
Nome: Nevane Pinheiro Bittencourt
Cargo: técnica judiciária
Telefone: 34245955 (ramal 199), 8818-3550
E-mail: nevanerj@yahoo.com.br

 na internet

Confira mais pedidos de permuta no site do Sintrajuf ou mande seu pedido (www.sintrajufpe.org.br)



Marcha do MST chega a Brasília

Depois de mais de 200 quilômetros e 17 dias de caminhada de Goiânia a Brasília, quase 15 mil trabalhadores rurais participantes da Marcha Nacional pela Reforma Agrária chegaram à capital federal. Antes de chegar à Esplanada dos Ministérios para entregar sua pauta de reivindicações, realizaram um ato contra a política imperialista do governo norte-americano em frente à Embaixada dos Estados Unidos. Juntaram-se a eles operários de fábricas privatizadas de todo o país, para exigir do governo Lula a estatização.

O desbloqueio de recursos no Orçamento para os

assentamentos rurais é o mais importante ponto da pauta dos sem-terra, que aproveitaram a passagem em frente ao Tribunal de Justiça e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para saudar os servidores do Judiciário Federal.

Apesar de já haver criticado o Poder Judiciário por não oferecer acesso igualitário à população brasileira – tema abordado nesta edição do *Jornal do Sintrajuf* –, o movimento agradeceu aos servidores por cumprirem seu papel como classe trabalhadora. Além disso, ressaltou que a morosidade da Justiça não pode ser creditada aos seus funcionários, que

merecem uma política de valorização.

A marcha do MST demonstrou que esse segmento não se esqueceu dos motivos que o levaram a eleger Lula presidente. Os sem-terra marcharam à capital federal contando com a solidariedade do povo para exigir do governo a mudança da política econômica, a realização da reforma agrária e a garantia de terra para milhares de trabalhadores rurais espalhados pelo Brasil.

Pernambuco – Em 6 de maio, o Sintrajuf, o Sindiquímica e o Sinpro realizaram, na sede do Sintrajuf, um debate sobre a reforma agrária com a presença do representante do Movimento dos Sem-Terra Alexandre Conceição e do deputado estadual Paulo Rubem (PT/PE). O evento reuniu membros de diversos movimentos sociais.

Os diretores do Sintrajuf Kátia Saraiva e Benedito Moura também marcaram presença no ato público promovido pelo MST para comemorar a chegada da Marcha Nacional pela

Reforma Agrária a Brasília, realizada em frente à Celpe, no dia 17. Houve uma missa em frente ao local, celebrada por integrantes da Comissão Pastoral da Terra, depois da qual os sem-terra seguiram sua marcha rumo à embaixada americana.

O batalhão de choque “receptionou” os integrantes da marcha, que chegaram cantando “polícia é pra ladrão, nós queremos terra e pão”. Foi denunciada a utilização dos trabalhadores policiais para reprimir qualquer ação popular. Após a manifestação, a marcha seguiu rumo ao Banco Central, a fim de exigir do governo mudanças na política econômica e assentamento de famílias sem-terra.

A atividade também serviu para protestar contra o aumento da energia elétrica. No mesmo dia, os jornais pernambucanos divulgaram que a Celpe teve lucro líquido de R\$ 43,86 milhões no primeiro trimestre de 2004, valor 424,24% maior que no ano passado. Ainda assim, a empresa vai reajustar a conta de luz em mais de 24% somente este ano.

Fotos: Arquivo Sintrajuf



DEBATE Encontro reuniu representantes de movimentos sociais e sindicatos

 **jurídico**

Quintos

Quintos recebem novas decisões favoráveis

As novas ações dos quintos impetradas pelo Sintrajuf foram distribuídas para a 10ª Vara Federal, ao juiz José Manuel Zeferino Galvão de Melo, e obtiveram a seguinte numeração: 2005.83.00.009141-6 (servidores TRE), 2005.83.00.009140-4 (servidores TRF), 2005.83.00.009139-8 (servidores TRT) e 2005.83.00.009138-6 (servidores JF).

Execução dos 11,98%

97.00.14241-8 (7ª Vara Federal)

(Carlos Jair de Oliveira Jardim e outros)

No último dia 27, o processo foi enviado para a diretora da secretaria para assinar precatório. Em seguida, os autos deverão ser remetidos ao TRF da 5ª Região para inscrição de precatório e RPV.

97.00.11719-7 (6ª Vara Federal)

(Elisia Cajaseiras Felix e outros)

No último dia 11, houve despacho mandando citar a União para opor embargos. Desde o dia 27, estamos aguardando devolução de expediente.

 **agenda**

Mais uma decisão favorável à incorporação dos quintos foi dada pela terceira turma do TRF da 4ª Região, em processo impetrado pela assessoria jurídica do Sintrajufe do Rio Grande do Sul. Em março, o TRE de Santa Catarina já havia votado uma decisão administrativa pela incorporação. Confira no site do Sintrajuf o teor integral das duas matérias.

Em 19 de maio, foi a vez dos servidores do Tribunal Superior Eleitoral ganharem a luta pela incorporação dos quintos. O mandado de **s e g u r a n ç a** 2004.34.00.048425-7, impetrado pelo Sindjus/DF em dezembro do ano passado,

obteve sentença favorável do juiz federal Eduardo Luiz Rocha Cubas. Mais uma vez, essas decisões vêm consolidar o entendimento de que os quintos são, de fato, um direito dos servidores.

Os servidores do Ministério Público da União, por sua vez, receberão o pagamento dos quintos já em junho. Segundo o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, informou no último dia 23, os valores serão incorporados aos contracheques. Sobre o pagamento dos valores atrasados dos quintos, o procurador-geral afirmou que a diferença está em negociação com o Ministério do Planejamento.



FESTA JUNINA

Petrúcio & Amorim
 & muito forró pé-de-serra

ONDE Clube dos Oficiais da Polícia Militar (João de Barros, 357, Boa Vista)

QUANDO 10 de junho 22h

